

HIERARQUIA URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NAS REGIÕES INTERMEDIÁRIAS DE MONTES CLAROS E TEÓFILO OTONI -MG¹

Sabrina Elis Cândido Gonçalves ²
Ana Márcia Moreira Alvim ³
Paulo Fernando Braga Carvalho ⁴

RESUMO

As regiões geográficas intermediárias de Montes Claros e Teófilo Otoni, localizadas no estado de Minas Gerais, são caracterizadas por baixo número de municípios que apresentam economia relativamente avançada e que geralmente são focos das políticas públicas de desenvolvimento regional, o que potencializa mais ainda estes centros. Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa é associar a hierarquia urbana das regiões intermediárias de Montes Claros e Teófilo Otoni do IBGE (2018), às atividades econômicas e porte demográfico dos municípios, de modo que seja possível constatar o foco das políticas públicas de desenvolvimento regional. A metodologia consistiu na discussão de conceitos-chaves para geografia como, método regional, regiões polarizadas, hierarquia urbana e desenvolvimento regional e políticas públicas. Além disso, elaborou-se mapas temáticos de dados e informações coletados em portais da internet. Os resultados demonstraram a diversidade ambiental das regiões intermediárias de estudo, ao mesmo tempo que comprovaram a presença de maior número de municípios de menor nível hierárquicos e que apresentam baixos índices socioeconômicos. Portanto, concluiu-se que para um desenvolvimento regional, é necessário políticas públicas que integram tais municípios na economia regional através da diversidade ambiental presente no território.

Palavras-chave: Hierarquia urbana, Atividades econômicas, Porte demográfico, Desenvolvimento regional.

RESUMEN

Las regiones geográficas intermedias de Montes Claros y Teófilo Otoni, ubicadas en el estado de Minas Gerais, se caracterizan por un bajo número de municipios que tienen una economía relativamente avanzada y que generalmente son el foco de las políticas públicas de desarrollo regional, lo que potencia aún más estas centros. Por tanto, el objetivo general de esta investigación es asociar la jerarquía urbana de las regiones intermedias de Montes Claros y Teófilo Otoni del IBGE (2018), con las actividades económicas y el tamaño demográfico de los municipios, de modo que sea posible verificar el enfoque de las políticas públicas de desarrollo regional. La metodología consistió en discutir conceptos claves para la geografía como método regional, regiones polarizadas, jerarquía urbana y desarrollo regional y políticas públicas. Además, se crearon mapas temáticos de datos e información recopilados en portales de Internet. Los resultados demostraron la diversidad ambiental de las regiones intermedias de

¹ Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação – Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade de Minas Gerais – PUC Minas, sabrinaelis46@gmail.com;

³ Prof. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial - PUC-Minas, ammalvim@gmail.com;

⁴ Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial - PUC-Minas, paulofernandogeografia@gmail.com.

estudo, ao mesmo tempo que evidenciam a presença de um maior número de municípios com menor nível jerárquico e que apresentam baixos índices socioeconômicos. Por lo tanto, se concluyó que para el desarrollo regional son necesarias políticas públicas que integren a dichos municípios a la economía regional a través de la diversidad ambiental presente en el territorio.

Palabras clave: Jerarquía urbana, Actividades económicas, Tamaño demográfico, Desarrollo regional.

INTRODUÇÃO

As regiões geográficas intermediárias e imediatas são produtos da recente regionalização do território brasileiro de 2017, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta foi feita em função dos processos socioespaciais ocorridos no território brasileiro nos últimos anos. Segundo o IBGE (2017) as regiões intermediárias representam uma área cuja escala está entre a unidade da federação e as regiões imediatas (IBGE, 2017). As regiões imediatas representam um espaço cuja escala está entre a região intermediária e os municípios (IBGE, 2017). No caso de Minas Gerais, o estado com seus 853 municípios foi dividido em 13 regiões intermediárias e 70 regiões imediatas. Dentre as regiões intermediárias estão as de Montes Claros e Teófilo Otoni, que apresentaram na média do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 0,619, (ATLAS BRASIL, 2021) valor que segundo o IBGE as mostra com médio desenvolvimento humano. Considerando ainda dados de pobreza, Silva et al. (2020) afirmam que os municípios destas regiões apresentaram os valores mais elevados de todo estado, 14,6% e 14,7%, respectivamente, ficando atrás somente da região de Belo Horizonte.

Vale esclarecer que estas regiões contam apenas com alguns núcleos que concentram serviços e equipamentos urbanos, estes por sua vez são focos das políticas públicas de desenvolvimento regional. Assim, estas acabam por potencializar ainda mais estes centros intensificando suas relações econômicas. Sabe-se que essas estratégias são necessárias, contudo, as regiões supracitadas são caracterizadas por diversos municípios dotados de elevado potencial ambiental e que com políticas públicas que valorizem estes elementos, pode-se contribuir para a criação de estruturas e redes que prosperarão a economia regional. Para a implantação de políticas públicas que visem levar o desenvolvimento regional para áreas de baixos indicadores socioeconômicos, faz-se importante que as autoridades públicas conheçam melhor as realidades locais e regionais, afinal, são ímpares. Sendo assim, estudos acadêmico-científicos geográficos tornam-se essenciais para se pensar e agir em prol do desenvolvimento econômico regional, especialmente aqueles que empregam o método regional. Cabe ao pesquisador investigar, interpretar, explicar e compreender a relação dos elementos geográficos

no espaço para identificar as particularidades de uma região. Diante disso, este estudo visa associar a hierarquia urbana das regiões intermediárias de Montes Claros e Teófilo Otoni do IBGE (2018), às atividades econômicas e porte demográfico dos municípios, de modo que seja possível constatar o foco das políticas públicas de desenvolvimento regional. São objetivos específicos: Descrever as características geomorfológicas das regiões intermediárias de estudo; descrever a posição geográfica das regiões intermediárias de estudo; identificar a fragilidade na rede de cidades das regiões intermediárias de estudo.

A geografia regional está inteiramente ligada aos estudos urbanos, uma vez que, ao se fazer uma análise regional procura-se compreender os polos regionais, suas estruturas funcionais e regiões polarizadas. Portanto, entende-se que mesmo que os centros urbanos de nível hierárquico superior sejam cruciais para mediar as estratégias de desenvolvimento em uma região, é importante explorar o potencial dos de níveis inferiores para que seja criada uma rede sólida e que leve desenvolvimento para todos. Espera-se que as reflexões aqui expostas tragam contribuições para as equipes de gestão do planejamento urbano e regional, de modo que as políticas públicas considerem estudos desta natureza para servir de base para a adoção de estratégias de desenvolvimento regional, tornando-se possível reduzir as desigualdades sociais.

METODOLOGIA

Com vistas a atingir os objetivos propostos com a pesquisa, inicialmente fez-se uma discussão sobre conceitos chave como: método regional, regiões polarizadas, hierarquia urbana e desenvolvimento regional e políticas públicas. Estes pautados nas contribuições GOMES (2012); MENDES (2009); MOTTA; AJARA (2001); ETGES (2020); ETGES; DEGRANDI (2013); ALMG (2023).

Em seguida, partiu-se para levantamento de dados e informações para elaboração de mapas temáticos. Recorreu-se ao modelo digital de elevação, coletada no *site* da *United States Geological Survey*, cuja fonte é o projeto da missão topográfica *Radar Shuttle (SRTM)*, para o mapa de hipsometria. As bases cartográficas dos Limites Municipais; Regiões Intermediárias de Minas Gerais; Unidades da Federação e Oceano Atlântico foram coletadas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE;2010;2017). As bases de ferrovias e rodovias foram coletadas no Ministério da Infraestrutura (MI) e do Departamento de Estradas de Rodagens do Estado de Minas Gerais e Departamento Nacional de Infraestruturas de Transportes (DEER/DNIT); a base referente à hidrografia foi coletada no portal de Infraestruturas de Dados Espaciais – Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

(IDE SISEMA), cuja fonte é a Agência Nacional das Águas (ANA). Para expressar a hierarquia urbana utilizou-se a base cartográfica das Regiões de Influência das Cidades (REGIC) do IBGE do ano de 2018. Foram coletados dados relativos à população (urbano, rural e total) e produção por setor de atividade econômica (indústria, agropecuário, serviços, administração pública), disponíveis no site do IBGE (2010; 2020). Os mapas foram elaborados por meio do *software* QGis® 3.16.

Por último, relacionou-se os conceitos e categorias geográficas discutidas e as informações e dados levantadas acerca das regiões intermediárias de Montes Claros e Teófilo Otoni a fim de se apontar as fragilidades e quais as prioridades que as políticas públicas de desenvolvimento regional devem se pautar.

REFERENCIAL TEÓRICO

O ponto central dos estudos regionais é centralizar seus esforços para compreender as relações urbanas e todas as formas decorrentes deste processo, para tanto, o método regional faz-se eficaz uma vez que considera para além desta, as relações socioeconômicas e geofísicas do espaço. Segundo Gomes (2012) o método regional consiste na descrição das características físicas, da estrutura populacional, seguida das suas atividades econômicas. Os elementos naturais e humanos de uma região, bem como sua localização, posição geográfica, recursos naturais (rios, recursos minerais, unidades morfológicas, entre outros), os equipamentos que proporciona uma interação espacial da população, assim como as atividades econômicas ali localizadas e o modo que se dão essas interações podem resultar em áreas cujos elementos se expressam de forma variada.

Dessa forma, os estudos regionais urbanos estão voltados às regiões polarizadas e/ou funcionais, que segundo Gomes (2012), “(...) um espaço tributário, organizado e comandado por uma cidade.” (GOMES, 2012, p. 64). As regiões polarizadas possuem uma centralidade, o que deduz certa hierarquia de funções e conseqüentemente, diferentes particularidades entre si. Mas existe na região uma característica que é geral, gerando uma similaridade entre os municípios. A variação de um elemento é que leva a uma diferenciação de áreas, ou seja, a maneira como essas variações se manifestam na região é que se cria uma semelhança, logo uma identidade regional.

Para contextualizar, Mendes (2009) traz junto aos conceitos de regiões homogêneas e regiões polarizadas. As regiões homogêneas estão baseadas no princípio de identidade, onde o espaço está definido a partir de características iguais. Já as regiões polarizadas, ou chamadas pelo autor de área de interação, há determinados núcleos urbanos que são considerados centrais

é diferenciado no que tange a população e prestação de bens e serviços. Isso remete ao conceito de hierarquia urbana, que pode ser entendida como a estruturação dos centros urbanos de modo que defina a área de influências de cada um destes dentro de uma região, refletindo nos aspectos socioeconômicos de cada um dos municípios.

Conforme Motta e Ajara (2001), as características econômicas atuais de uma região é reflexo da sua trajetória histórico-econômica, que por sua vez, estruturou e configurou uma rede urbana, moldando as áreas e as classificando quanto dinâmicas e/ou estagnadas. Para que esta distinção de áreas estagnadas e dinâmicas sejam superadas, é preciso pensar em meios que promova uma coesão interna em que todos integre uma rede. Neste contexto, é preciso pensar em políticas públicas de desenvolvimento regional. Segundo Etges (2020), para viabilizar o desenvolvimento regional é preciso conhecer a região e identificar as potencialidades e construir ferramentas de coesão social, de modo que beneficie a população.

Os estudos regionais cujo objetivo é planejar políticas públicas de desenvolvimento regional é preciso, segundo Etges e Degrandi (2013), estabelecer dois enfoques, iniciando-se na identificação das desigualdades regionais e que são obstáculos a serem superados. No segundo plano, o enfoque deve ser direcionado para a identificação das particularidades e potencialidades como alternativa de desenvolvimento regional.

De forma a se entender como é visto as políticas públicas na atual jurisdição das regiões de estudo desta pesquisa, buscou-se o conceito utilizado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG, 2023), que entende por políticas públicas o resultado de atividades políticas advinda da gestão pública, que por sua vez, tem responsabilidade de alocar recursos e fornecer bens e serviços públicos. Dessa forma, o objetivo da política pública é manter ou modificar a realidade por meio que decisões públicas, visando atingir-se uma estratégia ou um planejamento pré-estabelecido.

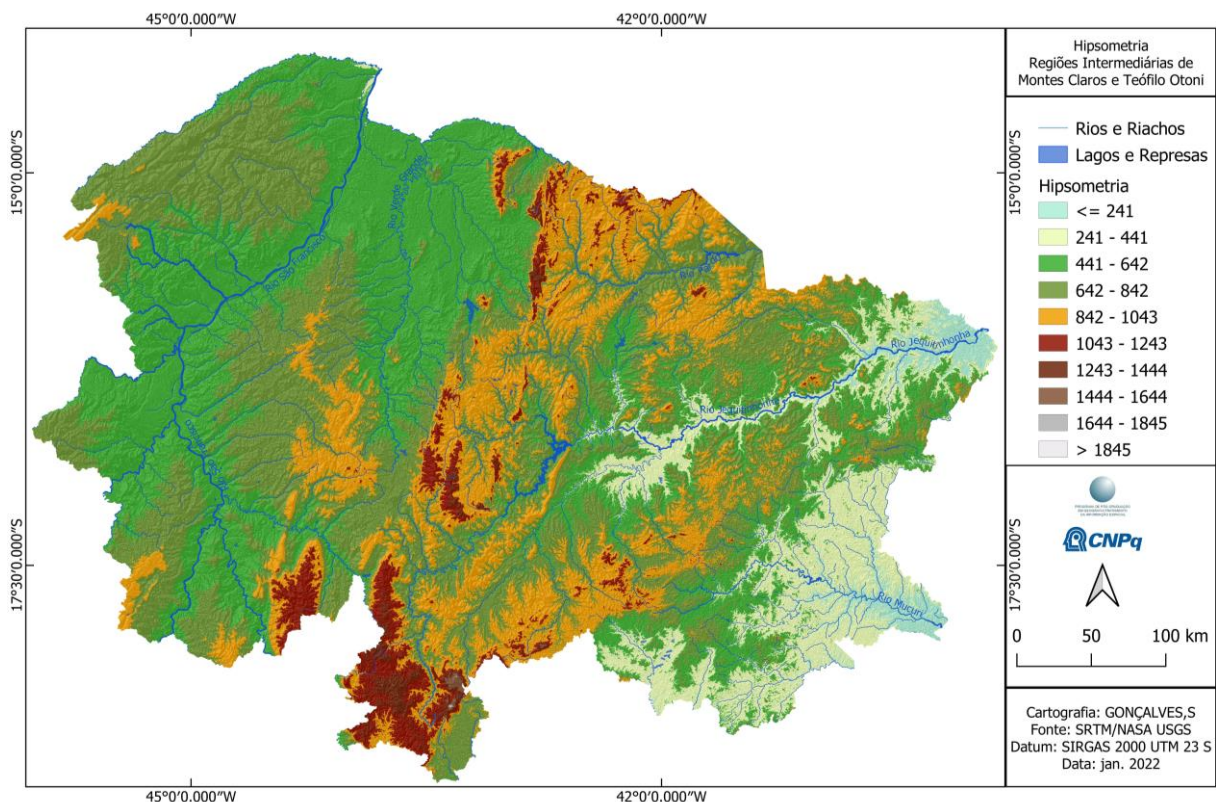
RESULTADOS E DISCUSSÃO

As regiões intermediárias de Montes Claros e Teófilo Otoni, localizadas na porção norte/nordeste de Minas Gerais, são compostas por 86 municípios cada, totalizando 172. Regiões estas, planejadas e instituídas pelo IBGE em 2017, configuradas a partir da identificação de centros urbanos polos articuladores com outros municípios ao redor, que por sua vez, são os municípios de Montes Claros e Teófilo Otoni.

Dentre as características físicas tem-se a altimetria das regiões de estudo, com destaque na Serra do Espinhaço que é caracterizada com altitudes que variam entre 842 metros (m.) e

1444 m. Para Saadi (1995), a Serra do Espinhaço é considerada como um grande divisor de águas entre as bacias do centro-leste brasileiro e a do rio São Francisco, sendo em Minas Gerais, um eixo direcional norte-sul e sua convexidade orientada para oeste. A porção leste do Espinhaço, é onde se encontram as menores altimetrias, variando entre 842 m. e 241 m., isso ocorre devido à proximidade com a área em que os rios Jequitinhonha e Mucuri vão desaguar no oceano Atlântico. Na outra extremidade, na porção oeste, a altitude varia entre 1043 m e 441 m., onde correm os rios São Francisco, Grande Verde e Pardo.

Figura 1 – Hipsometria das regiões intermediárias de Montes Claros e Teófilo Otoni



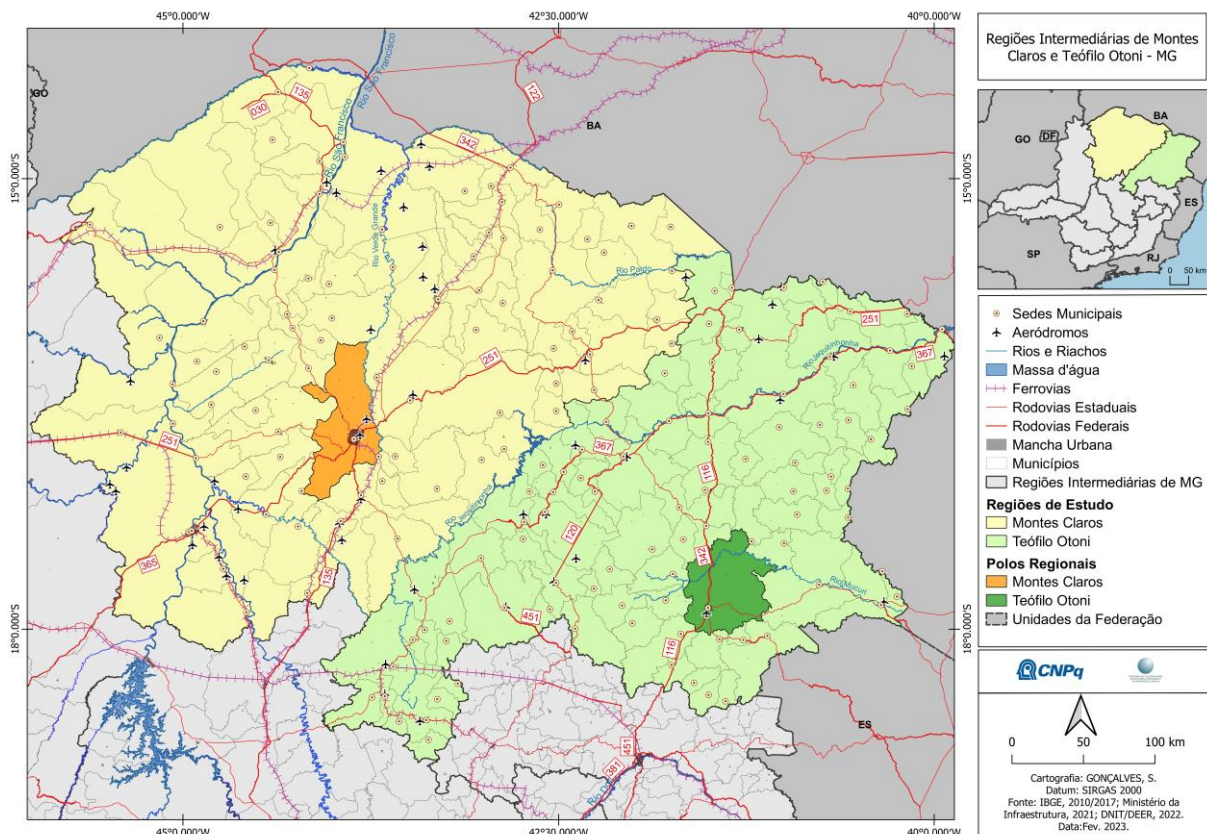
Elaboração: Gonçalves, 2022. Fonte: IBGE, 2017; SRTM/NASA USGS.

Sobre a estrutura geofísicas, estão dispostas as relações sociais. As Regiões Intermediárias de Montes Claros e Teófilo Otoni fazem limites com os Estados da Bahia e Espírito Santo e com regiões intermediárias mineiras de Patos de Minas, Belo Horizonte e Governador Valadares. (Ver figura 2). Enquanto posição geográfica sabe-se que os limites com outras regiões e/ou estados são capazes de influenciar na existência de vias de transportes e áreas urbanizadas, para as regiões em questão, nota-se a presença de rodovias estaduais que interligam a outros municípios do estado de Minas Gerais e a presença de rodovias federais que interligam a outras unidades da federação, como é o caso da BR-342, BR-251, BR-135 e BR-030. Ainda sobre vias de transportes, a região de Montes Claros conta também com linhas



linhas férreas que passam por vários municípios (Figura 2). Segundo o Ministério da Infraestrutura (2021), as linhas férreas localizadas na região de Montes Claros estão em operação, sendo elas, a linha férrea Capitão Eduardo-Monte Azul e Corinto-Buritizeiro, pertencentes à Ferrovia Centro Atlântica S.A.(FCA). No entanto, segundo o Ministério da Infraestrutura (2021), as linhas são responsáveis apenas no escoamento de mercadorias, como, produtos derivados de petróleo, cimento, calcário, farelo de soja, trigo e soja.

Figura 2 – Localização geográfica das regiões intermediárias de Montes Claros e Teófilo Otoni



Elaboração: Gonçalves, 2022. Fonte: IBGE, 2010/2017; MI, 2021; DNIT/DEER, 2022.

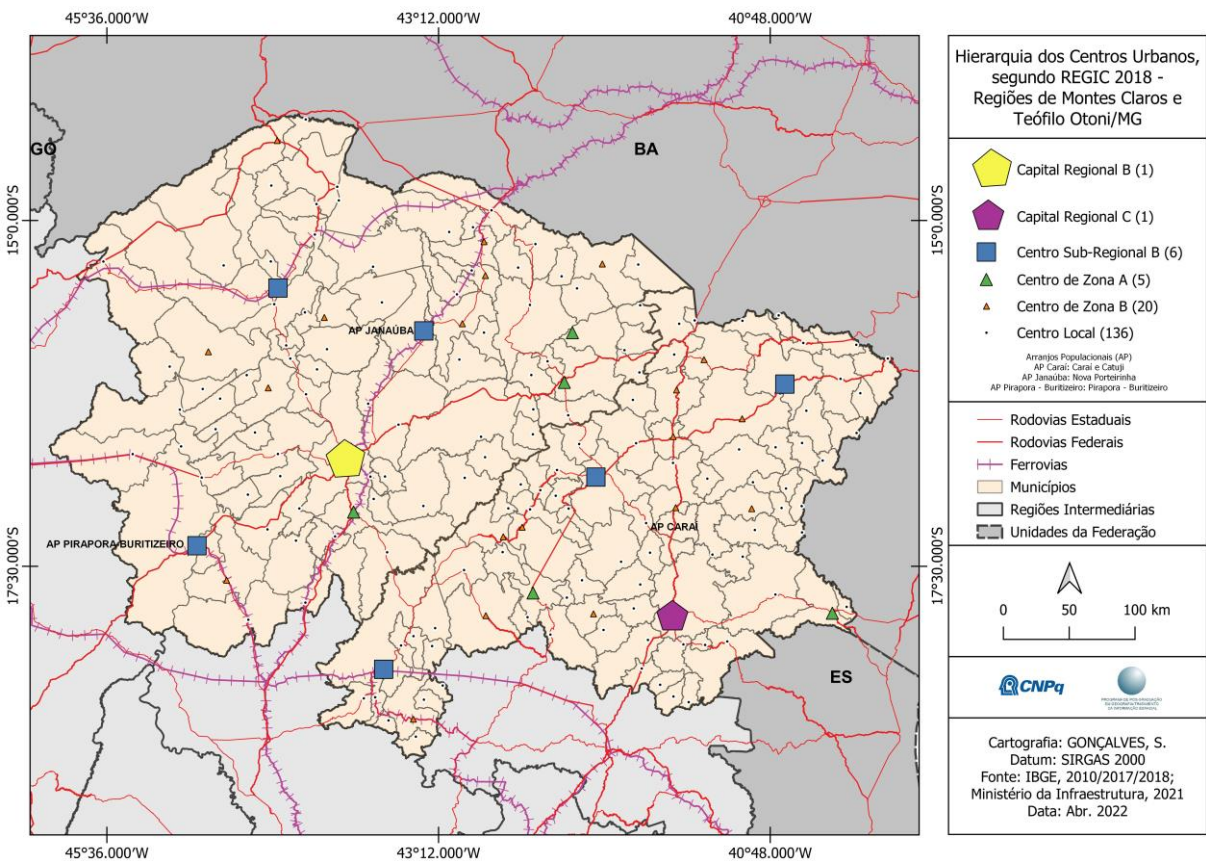
De modo a compreender a configuração da rede de cidades das regiões intermediárias de estudo, utilizou-se a hierarquia dos centros urbanos conforme REGIC (2018). Portanto, os polos hierárquicos, Montes Claros e Teófilo Otoni, foram identificados como os centros de maior nível hierárquico da região, ou seja, Capital Regional B e Capital Regional C, respectivamente (Figura 3). Essa classificação se deve ao fato de sua área de influência ser de âmbito regional e a sua diferenciação entre B ou C é devido a sua composição populacional.

Os demais centros urbanos foram classificados como Centros Sub-regionais B (8 municípios), Centros de Zona A (5), Centros de Zona B (20) e Centros Locais. Este último, em maior número, é o de menor nível hierárquico e ao todo representa 136 dentre os 172 municípios



das regiões. Essa configuração demonstra que a região possui em sua maioria centros de menor porte demográfico e a área de influência de cada município não ultrapassa seus próprios limites, sugerindo que a sua dependência a outros centros é forte, e que os bens e serviços presentes em tais municípios não são capazes de atender um público externo, fazendo com que na verdade a própria população precise de outros centros para adquirir alguns bens e serviços.

Figura 3 – Hierarquia dos centros urbanos das regiões intermediárias de Montes Claros e Teófilo Otoni, segundo REGIC 2018

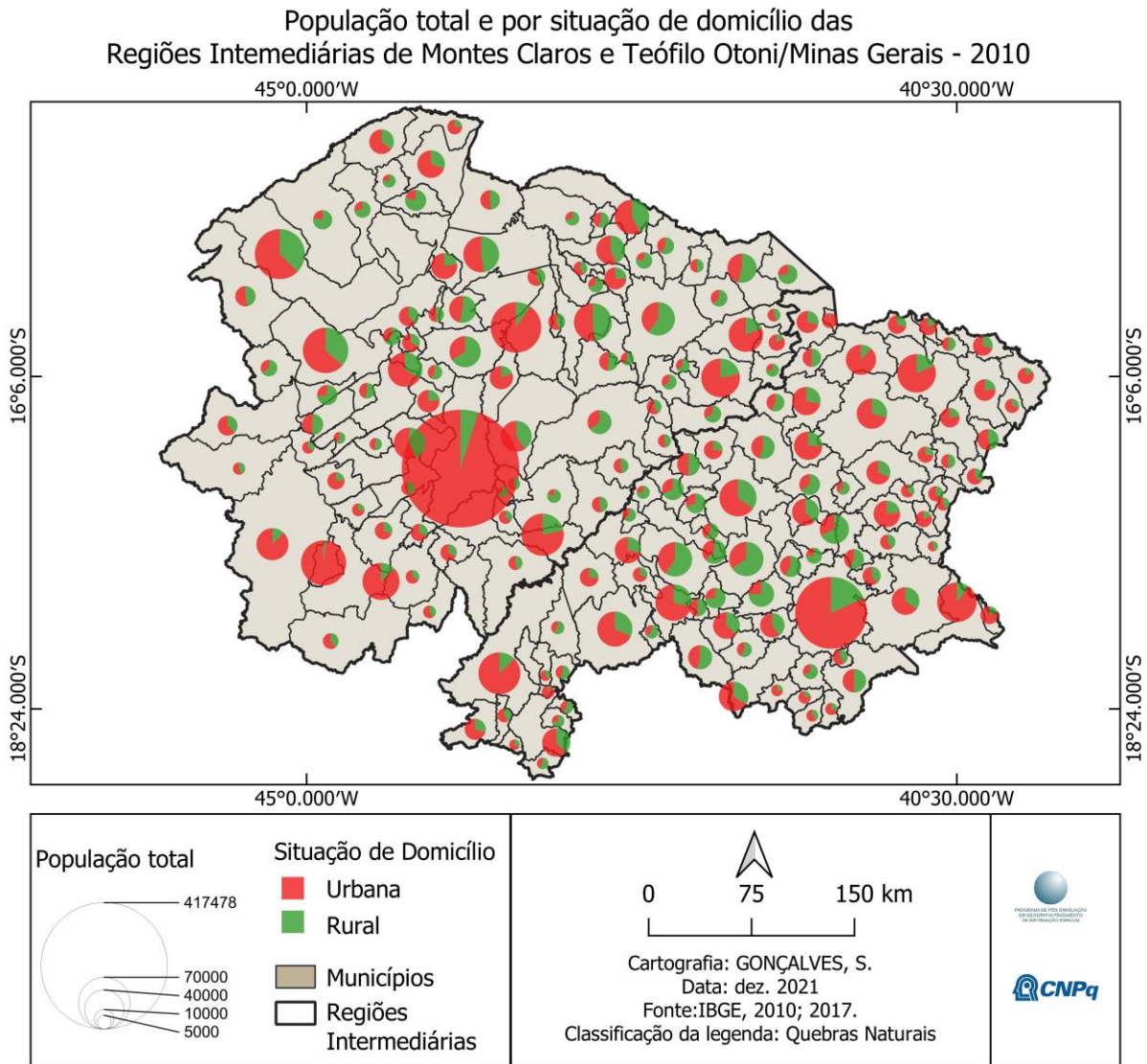


Elaboração: Gonçalves, 2022. Fonte: IBGE, 2010/2017/2018; MI, 2021.

Em termos populacionais os municípios de Montes Claros e Teófilo Otoni são hierarquicamente os superiores, ou seja, são os de maior porte demográfico das regiões. Segundo dados do Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, Montes Claros possuía 361.915 habitantes, 13,09% da população das regiões em estudo, Teófilo Otoni 134.745 habitantes, 4,87% (Figura 4). Em seguida destacam-se pelo porte demográfico os municípios: Janaúba (66.803), Januária (65.463), São Francisco (52.828), Pirapora (53.368), Bocaiúva (46.654), Diamantina (45.880). Os demais municípios possuem entre 2.705 e 42.380 habitantes. Cabe destacar que 95,3% dos municípios são de pequeno porte demográfico.

Em relação à situação de domicílio, em maioria a população das regiões vive em áreas urbanas. Na região de Montes Claros 62,7% da população se encontra em situação de domicílio urbana e 37,2% em situação de domicílio rural. Na região de Teófilo Otoni, 65,1% da população vive em áreas urbanas e 34,8% em áreas rurais.

Figura 4 – População total e por situação de domicílio das regiões intermediárias de Montes Claros e Teófilo Otoni (2010)



Elaboração: Gonçalves, 2021. Fonte: IBGE, 2010/2017/2020.

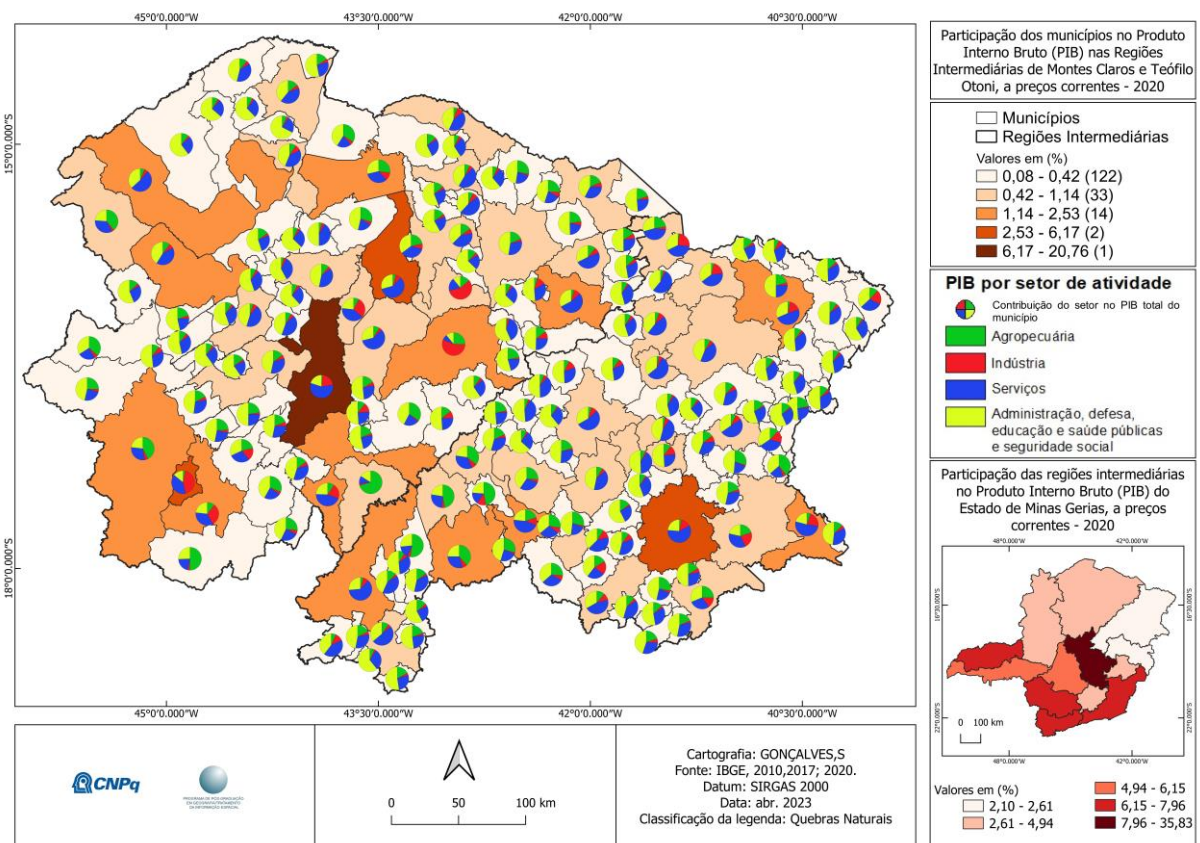
Considerando dados do PIB do ano de 2020, na figura 5, pode-se ver a participação das regiões intermediárias no valor total do Estado e a participação de cada município no total das regiões intermediárias de estudo concomitantemente à participação de cada um dos setores de atividades econômicas no PIB municipal (agropecuária, indústria, serviço e administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social). O mapa evidencia que as regiões de Montes Claros e Teófilo Otoni é uma das que apresentam contribuições mais baixos no total do



estado, de acordo figura 5, ocupando a segunda e quarta posição, Teófilo Otoni com 2,61% e Montes Claros, 4,31%.

Em relação as participações dos municípios no PIB total das regiões intermediárias Montes Claros e Teófilo Otoni, é possível identificar 17 municípios que se destacam, com valores entre (20,76% e 1,14%), o que representa 9,88% do total de municípios. Em maioria estes municípios foram classificados pelos maiores níveis hierárquicos dos centros urbanos (figura 3), centros estes que estão em uma posição geográfica de entroncamentos de rodovias, (figura 2), denotando a presença de fluxos de pessoas e/ou mercadorias. Dentre estes 17 municípios, estão: Montes Claros (20,8%), Teófilo Otoni (6,2%), Pirapora (4,38%), Janaúba (2,53%), Bocaiúva (2,17%), Diamantina (1,88%), Nanuque (1,85%), Várzea da Palma (1,81%), Januária (1,81%), Grão Mogol (1,72%), Capelinha (1,64%), Almenara (1,43%), Jaíba (1,41%), Itamarandiba (1,37%), Buritizeiro (1,34%), São Francisco (1,33), Salinas (1,32) (IBGE, 2020), sendo que 2 municípios são especializados no setor agropecuário, 2 no setor de industrial e 13 no setor de serviços.

Figura 5 – Participação dos municípios no Produto Interno Bruto (PIB) nas regiões intermediárias de Montes Claros e Teófilo Otoni (2020)



Elaboração: Gonçalves, 2023. Fonte: IBGE, 2010/2017/2020.

No setor agropecuário, destacam-se os municípios de Buritizeiro e Itamarandiba, já no setor industrial Grão Mogol e Pirapora. Conforme levantamento de algumas empresas localizadas no município de Grão Mogol, foi possível identificar as indústrias possuem atividades voltadas para a produção de água envasadas, fabricação de cachaça e serrarias. No municípios de Pirapora, segundo a Câmara Municipal (2021), sua economia destaca-se pela indústria de ferro-silício, silício metálico, ferro-ligas, ligas de alumínio e tecidos, que por sua vez, são os principais produtos exportados pelo município. No setor de serviços, destacam-se principalmente os polos regionais.

Em relação aos setores de atividades, os de menor nível apresentam dependência das atividades dos setores da administração pública (71,51%) e de serviços (20,34%). Os poucos municípios que apresentam setores da indústria (1,74%) são os citados anteriormente e os de maior porte demográfico e localizados em sua maioria próximos a grandes eixos rodoviários, estes contam com regiões polarizadas mais extensas.

A partir dos dados apresentados, foi possível observar a relação entre hierarquia urbana, porte demográfico e contribuição no PIB municipal e com isso, foi possível constatar que a organização espacial econômica das regiões intermediárias de estudo interfere diretamente na qualidade de vida da população, uma vez que, há desigualdade socioeconômica entre os municípios. Esta desigualdade foi constatada a partir da funcionalidade das regiões, pois, trata-se de um espaço comandado por um pequeno número de cidades detentoras de equipamentos urbanos capaz de articular a organização espacial das vias de transportes e sedes. Portanto, os centros de maior nível hierárquico são privilegiados economicamente por estar em uma posição geográfica favorável as trocas comerciais, favorecendo a população na aquisição de bens e serviços. O que não acontece com os centros de menor nível hierárquico, que mantêm dependência com os demais.

Contudo, a geomorfologia das regiões intermediárias abriga elementos como rios, relevo, geodiversidade, biodiversidade, entre outros, que são potenciais a serem explorados, levando desenvolvimento econômico para as regiões. Para isto, é preciso pensar em estratégias que utilizem de tais potenciais no planejamento de políticas públicas que reduza a desigualdade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se, portanto, que praticamente 80% dos municípios são centros locais e possuem, somados, população de 44,7% e produção de 35,4% perante o total da região, o que demonstra uma fragilidade econômica na rede urbana, ao mesmo tempo preocupante, pois, os



municípios de menor porte demográfico e menor contribuição no PIB possuem contribuição que advém da administração pública e não possuem influência para além do seu próprio município, limitando as trocas comerciais. Neste contexto, os habitantes que vislumbram a ascensão socioeconômica e melhores condições de vida acabam por buscar os centros de maior nível hierárquico.

Esta pesquisa ressalta a importância de os gestores públicos conhecerem todos os aspectos geográficos locais e regionais da área de enfoque, para assim, identificar o foco das políticas públicas de desenvolvimento regional. Nas regiões intermediárias de estudo, observou-se a presença de uma rica diversidade ambiental, considerada como potencial para a execução de uma estratégia que efetive um desenvolvimento econômico a nível regional. Diante desta situação, o estímulo ao turismo pode ser uma excelente estratégia de direcionamento de fluxos de pessoas para estes centros locais, já que é um setor de atividade capaz de fortalecer a economia local, logo, regional. Segundo o Observatório do Turismo de Minas Gerais, foram identificados 22 municípios como destinos indutores do desenvolvimento turístico regional por possuírem atrativos e infraestrutura, de modo que venham a ser receptores e distribuidores de turistas. Na região em estudo, apenas Montes Claros e Diamantina (capital regional A e centro sub-regional B) foram assim considerados, sendo os destinos mais procurados. Sabe-se que os centros locais são dotados de atrativos naturais, em contrapartida não possuem infraestrutura para receber visitantes. Com isso, acredita-se que na elaboração de políticas públicas de desenvolvimento regional as estratégias precisam considerar tanto os municípios de menor nível hierárquico, quanto os de maior nível, para que assim o desenvolvimento seja regional. Manter a centralidade exacerbada não significa trazer desenvolvimento regional, mas sim agravar a desigualdade intermunicipal e estimular os movimentos migratórios rumo aos polos regionais. Acredita-se que estudos para identificação das potencialidades locais e regionais possam contribuir para se pensar em ações em prol do desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS (ALMG). **O que é política pública?** Disponível em: <https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/sobre/index.html#O_que_e_politica_publica>. Acesso em: 29 set. 2023.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL . ATLAS BRASIL (Org.). **Consulta**. 2021. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 20. mar. 2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA. **Conheça Pirapora**. 2021. Disponível em:
<https://www.pirapora.mg.leg.br/institucional/videos/municipio-brasil>. Acesso em: maio. 2023.

ETGES, V. E. A dimensão regional do desenvolvimento: contribuições teóricas e experiências sul-americanas. In: SOUSA, C. M., THEIS, I. M., and BARBOSA, J. L. A., eds. **Celso Furtado: a esperança militante (Desafios): vol. 3** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020, pp. 141-162. Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado collection, vol. 3. ISBN: 978-65-86221-12-1. <https://doi.org/10.7476/9786586221688.0006>.

ETGES, V. E.; DEGRANDI, J. O. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Blumenau**, v. 1, n. 1, p. 85-97, 2013.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 49-76.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010: Características da População e dos Domicílios. In: **IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática**. 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf>. Acesso em: 01. dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010: População residente, por sexo, situação e grupos de idade - Amostra - Características Gerais da População. In: **IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática**. 2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200#resultado>>. Acesso em: 01. dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Malhas Digitais**. 2010. Disponível em: <http://geofp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_municipais/municipio_2010/>. Acesso em: 28. nov. 2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **O recorte das regiões geográficas imediatas e intermediárias de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017, 82 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produto Interno Bruto: Produto interno bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes; total e por atividade econômica, e respectivas participações. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **Sidra: sistema IBGE de recuperação automática**. 2020. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938#resultado>>. Acesso em: 26. abr.2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **Regiões de Influência das Cidades: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020, 192 p.

MENDES, C. C. Rede urbana, território e desenvolvimento regional. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, v. 03, n. 1, p.67-75, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5495/1/BRU_n3_rede_urbana.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.



MINAS GERAIS. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – 2021 e 2022**. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.mg.gov.br/inicio/projetos/projeto/1122>. Acesso em: 26 abr. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais. Observatório do Turismo. **Destinos Indutores**. Disponível em: <https://www.observatorioturismo.mg.gov.br/?p=4739>. Acesso em: 26 abr. 2023.

MOTTA, D. M.; AJARA, C. Configuração da rede urbana do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 100, p. 7-25, 2001. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/222/183>. Acesso em: 15 set. 2023.

SILVA, A. P. N. *et al.* Análise de convergência de desenvolvimento multidimensional para regiões intermediárias de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e urbanos**, v. 13, n. 4, p. 561-580, 2020.